



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA Dinâmicas da política de ATER nos marcos do cenário político no ano 2016 em Sergipe

Dynamics of ATER policy in the milestones of the political scenario in 2016 in Sergipe

RABANAL, Jorge¹ ; Oliveira, ALMEIDA, A.C.O²

¹Centro Comunitário de Formação em Agropecuária D. José Brandão de Castro, rabanal80@gmail.com; ²Rede Sergipana de Agroecologia, ac_oalmeida@yahoo.com.br

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

Resumo

Após uma sequência de anos em que a assistência técnica e extensão rural contou com apoio institucional do Estado brasileiro, o qual se viu orientado a incorporar uma série de demandas dos movimentos sociais e organizações com atuação no campo, materializado na construção da Política Nacional de ATER, em seguida a regulamentação da Lei de Ater e a Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em 2012, quando o governo federal buscou universalizar o termo ATER tanto para agricultores familiares como para assentados. Em Sergipe, é notória a evolução dos assentamentos, desde a participação social de acesso à cidadania e promoção de princípios como a coletividade, até o incremento da produção das famílias quanto às práticas agroecológicas, formação e estruturação de grupos produtivos. Este artigo objetiva discutir a política pública de ATER nos marcos atuais do processo político de ataques à democracia e as consequentes perdas de direitos no âmbito das políticas agrárias.

Palavras-Chave: Ater; Assentamento; Extensão Rural

Abstract

After a sequence of years in which the technical assistance and rural extension counted on institutional support of the Brazilian State, which was oriented to incorporate a series of demands of the social movements and organizations with action in the field, materializing in the construction of the National Policy of ATER, Followed by the regulation of the Ater Act and the National Conference on Technical Assistance and Rural Extension in 2012, when the federal government sought to universalize the term ATER for both family farmers and settlers. In Sergipe, the evolution of settlements is evident, from the social participation of access to citizenship and promotion of principles such as collectivity, to the increase of the families' production regarding agroecological practices, formation and structuring of productive groups. This article aims to discuss the public policy of ATER in the current framework of the political process of attacks on democracy and the consequent loss of rights in the field of agrarian policies.

Keywords: Ater; Rural Settlement, Rural Extension

Contexto

Certamente, para o processo de desenvolvimento rural, à luz dos eixos econômico, político, ambiental, cultural e social, a atuação da assistência técnica e extensão rural é imprescindível para a democratização ao acesso às políticas públicas reivindicadas por um público que, historicamente, se viu alheio a um processo de desenvolvimento mais amplo, os camponeses.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Segundo Diesel et al. (2015), a retomada da contribuição do governo federal à assistência técnica e extensão rural, a partir do primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), mostrou-se intimamente vinculada à institucionalização da política de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar. Respondendo à demanda de movimentos sociais, estabeleceu-se um compromisso de apoio, com renovação das concepções e do formato institucional da atuação governamental nessa área. Com base em proposta de renovação construída participativamente, estabeleceu-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), lançada em 2004.

No âmbito da assistência técnica e extensão rural nas áreas de Reforma Agrária - operacionalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - inicialmente denominada ATES (Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental), configurou-se um caráter diferenciado ao serviço prestado, considerando as particularidades das áreas de assentamentos no país – contundente reivindicação dos movimentos sociais.

Segundo o Incra (2008), no Programa de ATES foram definidos, resumidamente, como diretrizes: disponibilizar assessoria técnica com exclusividade as famílias assentadas; contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável; adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar e enfoques participativos; estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões; entre outros.

Com a regulamentação da Lei de Ater (Lei 12.188/2010) e a Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em 2012 o governo federal buscou universalizar o termo ATER (Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural) tanto para agricultores familiares como para assentados (Neumann et al, 2015).

Os impactos que a política de ATER provoca no meio rural são evidentes, a ponto de abrir portas para o acesso a outras políticas públicas que estão no bojo do desenvolvimento rural. Em Sergipe, é notória a evolução dos assentamentos, desde a participação social de acesso à cidadania e promoção de princípios como a coletividade, até o incremento da produção das famílias quanto às práticas agroecológicas, formação e estruturação de grupos produtivos.

Os embates em relação às concepções de desenvolvimento rural sempre existiram, dentre eles está o fortalecimento da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) no lugar da descentralização e autonomia local das entidades executoras da política de ATER. Mas foi nos últimos períodos que a política agrária ficou evidentemente ameaçada devido à polarização entre as forças políticas que disputavam o governo e consequente acirramento da conjuntura política.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



O golpe de Estado, sofrido no ano de 2016, foi um divisor de águas para o desmonte da política agrária, dentre elas a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão proponente e gestor das políticas públicas, dentre elas a ATER.

Este artigo tem o objetivo de discutir a política pública de ATER nos marcos atuais do processo político de ataques à democracia e as consequentes perdas de direitos no âmbito das políticas agrárias, que foram resultadas desse período.

Descrição da experiência

No estado de Sergipe a entidade que prestou assessoria ao público beneficiário das áreas de Reforma Agrária foi o Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro (CFAC), uma entidade que nasce no ano 2000 no seio do maior assentamento irrigado da América Latina, o PA Jacaré Curitiba, um assentamento símbolo que ocupou uma área de terra no Alto Sertão Sergipano que estava destinada para agricultura irrigada empresarial e que trabalhadores rurais sem terra tiveram a ousadia de ocupá-lo e por este motivo foram penalizados a esperarem mais de 15 anos para verem as obras de infraestrutura da irrigação começarem a ser entregues.

Até o fim do primeiro semestre de 2016 os assentados do Jacaré Curitiba acompanhados dos outros 215 assentamentos tutelados pelo INCRA gozavam da presença da Assessoria Técnica Social e Ambiental que separados em dois contratos, 39.000/2010 e 2.000/2013, contavam com uma equipe multidisciplinar de quase 200 técnicos extensionistas.

A presença do CFAC estava com uma tônica incisiva já que atendia um número de 8.987 famílias distribuídas em 50 municípios sergipanos, lembrando que o estado de Sergipe possui 75 municípios.

O projeto básico de ATER foi construído de forma participativa por servidores do próprio INCRA, que realizaram atividades de sistematização de demandas nas diferentes regiões sergipanas envolvendo a participação de jovens, mulheres, adultos e atendeu uma perspectiva produtiva, mas também cultural.

Os eixos estabelecidos pelo Projeto Básico da ATER em Sergipe basicamente foram: diagnóstico e planejamento, acompanhamento técnico, encontros coletivos para a construção de tecido social, garantia de acesso às políticas públicas, atividades estaduais, fomento da Agroecologia.



Foto 1. Socialização do intercâmbio interestadual na Paraíba (fonte: acervo CFAC).



Foto 2. Assentados em diálogo de saberes no Programa de Formação em Agroecologia da ATES (fonte: acervo CFAC).



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Resultados

A ATER, no seu plano macro, tem marcada a elaboração e execução da política com a participação social, em construção conjunta com os movimentos sociais do campo e sociedade civil como um todo.

Em Sergipe, a construção da política de ATER nas áreas de reforma agrária foi marcada pelo fortalecimento das práticas agroecológicas nas áreas de assentamentos rurais, concebendo a transição agroecológica como parte da proposta de desenvolvimento rural incluída nesta política concretizada através de articulações com demais movimentos e organizações do cenário estadual a exemplo da Rede Sergipana de Agroecologia. Com este contato, a inovação metodológica avançou com intervenções efetivas materializadas nas sistematizações de experiências agroecológicas em boletins ilustrativos, nos intercâmbios de experiências agroecológicas, no Programa de Formação em Agroecologia para assentados e assentadas, nos intercâmbios interestaduais agroecológicos, nas feiras de trocas de sementes e de agrobiodiversidade, assim como no encontro de gerações e mostras culturais.

A participação na economia local foi materializada no acompanhamento e fortalecimento dos grupos produtivos e na organização de Feiras da Reforma Agrária. O fomento à participação das mulheres na produção também foi um dos eixos que possibilitou a organização deste grupo social para o desenvolvimento de atividades produtivas que gerassem renda.

Algumas políticas tiveram seu acesso facilitado pela presença da ATER nos assentamentos, como: o Garantia Safra, que possibilita os agricultores a enfrentarem com um pouco de dignidade os períodos de estiagem; o PRONAF, que viabiliza através de crédito rural a infraestrutura de assentamentos que estão em fase inicial, bem como dos assentamentos que buscam o custeio de lavouras anuais; O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que vincula a produção dos assentamentos com a condição social de comunidades e segmentos sociais que estão em condição de insegurança alimentar; A previdência rural, que pôde ser mais bem assistida e acessada pelo público assentado; Os créditos do próprio INCRA, conhecido por fomento inicial, que tiveram uma agilidade promovida neste período. E, como afirma Esquerdo e Bergamasco (2013, p.567), apenas a ação conjunta da reforma agrária com as positivas experiências de políticas públicas instaladas é que se poderá de fato erradicar a pobreza.

Segundo o MST (2016), após a desocupação da superintendência do INCRA em Sergipe em junho de 2016, os movimentos sociais solicitavam, como item prioritário, a garantia de todas as políticas agrárias conquistadas e o imediato retorno do Ministério



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de um plano para assentamento de todas as famílias acampadas no estado de Sergipe. Já os quilombolas solicitavam o reconhecimento de todas as que se autodenominam como tais e a implantação de políticas quilombolas. Na pauta ainda houve a solicitação da garantia de assistência técnica e regularização imediata dos contratos existentes e renovação através de edital público para os contratos vincendos e garantia de distribuição de alimentação para todas as famílias acampadas e quilombolas do estado de Sergipe.

A suspensão, no segundo semestre de 2016, do contrato 2.000/2013 de ATER então vigente no estado e sob operacionalização do INCRA, provocou uma desestruturação do trabalho que vinha sendo realizado nas áreas de reforma agrária, ocasionando a descontinuidade do acompanhamento técnico das áreas com o público de assentados. Com a retirada de direitos, as principais reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de acampados e quilombolas de Sergipe, por exemplo, tem sido a garantia de acesso a serviços básicos como emissão de documentos e aprovação de fomentos previstos nas políticas do INCRA, e esta não é uma realidade diferente dos demais estados do país.

Ainda assim, destaca-se a participação de técnicos militantes que, mesmo sem a remuneração do trabalho, tem contribuído para que as áreas não fiquem desamparadas da assistência técnica, garantindo minimamente a execução de atividades de intercâmbios, elaboração de projetos e acompanhamento dos grupos produtivos estabelecidos.

Neste sentido, colocamos em questão: Qual o papel da ATER? Assessoria popular para um modelo de desenvolvimento rural adaptado às condições camponesas ou seria um serviço de aceleração da mercantilização das terras, associada à desobrigação do Estado fundamentada na retirada das funções originais do INCRA?

Considerando todo o processo histórico de conquista dos movimentos sociais por políticas públicas que garantissem o desenvolvimento rural para os camponeses, certamente o papel da ATER sofre um retrocesso com a retirada de programas bem sucedidos como eram as chamadas públicas de ATER para as áreas de Reforma Agrária no Brasil e em Sergipe.

Agradecimentos

O trabalho foi um breve registro dos avanços consolidados nos assentamentos rurais sergipanos, entre os anos de 2010 a 2016, com o apoio do Centro de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Referências bibliográficas

DIESEL, V., DIAS, M.M., NEUMANN, P.S. **Pnater (2004-2014): da concepção a materialização.** . Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. UFRGS, Rio Grande do Sul, p. 107-128, 2015.

ESQUERDO, V.F.S.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Balanço sobre a Reforma Agrária Brasileira nas duas últimas décadas.** Revista Interciência, vol. 38, núm. 8, agosto, p. 563-569, 2013.

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual operacional 2008: norma de execução n. 78, de 31 de outubro de 2008.** Boletim de Serviço do INCRA, Brasília, 2008.

MST. **Movimentos do campo exigem garantia das políticas agrárias conquistadas.** 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/06/10/movimentos-do-campo-exigem-garantia-das-politicas-agrarias-conquistadas.html>> Acessado em: 20/04/2017.

NEUMANN, P.S.; DALBIANCO, V. P.; ZARNOTT, A.V. **A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado.** Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. UFRGS, Rio Grande do Sul, p. 401-425, 2015.